

FUTURO

Após quase cinco anos parada, obra do Aquário é retomada

Empresa que venceu licitação para troca dos vidros está no canteiro do local há dois dias; previsão é de que serviço demore apenas um mês

DAIANY ALBUQUERQUE

O canteiro de obras do Aquário do Pantanal foi reativado após quase cinco anos parado. Ontem (13), a reportagem do **Correio do Estado** constatou que funcionários da empresa Gomes e Azevedo Ltda. – EPP, que venceu a licitação para substituição de dez vidros da cobertura do prédio, já estavam no local. A Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul) informou que já foi feita a medição dos painéis e, nos próximos dias, deve ocorrer a troca.

O prazo para a obra ser concluída é de 30 dias após a assinatura da ordem de serviço. O contrato entre a prestadora e o governo do Estado foi publicado no Diário Oficial (DOE), no dia 17 de outubro, e a ordem de serviço foi dada dias depois.

A empresa venceu a licitação ao oferecer a menor proposta, de R\$ 386.450,46, para execução da obra. No Aquário, alguns painéis de vidro apresentam rachaduras ou outro tipo de dano por conta do tempo em que a construção está parada sem reparos.

Além disso, também nesta quarta-feira, foi publicado no DOE o resultado da licitação para a conclusão da cobertura metálica com telha calandrada e zipada do trecho 4 do Aquário. A concorrência foi vencida pela Montagna Estruturas Metálicas e custará R\$ 1.819.641,33.

A empresa venceu a licita-



AGORA VAI. Placas que precisam ser trocadas já foram medidas e trabalho deve começar

ção depois que a outra corrente, Gomes e Azevedo, foi impugnada pela advsária e não apresentou justificativa em tempo hábil. De acordo com a assessoria de imprensa da Agesul, após a ordem de serviço ser assinada, a Montagna terá cinco dias para iniciar os trabalhos no Aquário.

FORRO

Já a licitação do revestimento de alumínio composto dos forros internos (do auditório e da biblioteca) e das moncapas está parada porque as duas empresas que concorreram ao edital foram inabilita-

das por ausência de cumprimento de exigências previstas. Por conta disso, foi aberto prazo para que elas se adaptem. A previsão do governo é gastar até R\$ 4.434.413,03 com esta terceira obra.

PRÓXIMAS LICITAÇÕES

A Agência Estadual de Empreendimentos informou ainda que as próximas licitações da obra serão a da cenografia e impermeabilização dos tanques. Porém, não foi informado quando essa parte deve ter edital publicado.

Ontem de manhã no canteiro de obras, funcionários da empresa que vai fazer a

troca dos vidros já haviam deixado o contêiner com equipamentos a serem usados e, durante a tarde, estava prevista a chegada do guindaste. Na terça-feira (12), representantes da Gomes e Azevedo fizeram a medição dos vidros que serão trocados. A troca deve ser iniciada nos próximos dias.

ENTRAVE

Os três primeiros editais para a retomada da construção do Aquário do Pantanal somam R\$ 6.679.648,50. A obra está parada desde de 2014 e sofre o desgaste em decorrência do tempo e do abandono.

Orçada inicialmente em R\$ 84.749.754,23, a construção inacabada já consumiu mais de R\$ 240 milhões do cofre do governo do Estado. No ano passado, levantamento apontou que seriam necessários R\$ 39 milhões para recuperar o que foi danificado com o tempo e concluir a construção.

Instalado em uma área de quase 22 mil m², no Parque das Nações Indígenas, o centro de pesquisa contará com 32 tanques (24 internos e oito externos) da ictiofauna pantaneira (peixes e répteis), mais de 5,4 milhões de litros de água e um sistema de suporte à vida com condições reais do habitat.

O objetivo é fazer do espaço um centro de referência em pesquisas e, para isso, o empreendimento também terá museu interativo, biblioteca, auditório com capacidade para 250 pessoas, sala de exposição e laboratórios de pesquisa para estudantes, cientistas e pesquisadores.

NOVELA

A primeira ordem de serviço do Aquário do Pantanal foi dada no dia 14 de abril de 2011. A empresa Egelte Construções foi quem ganhou a licitação para construir a estrutura. A empresa espanhola Fluidra Indústria e Comércio Ltda. também fazia parte da obra, prevendo a execução dos serviços técnicos especializados em filtragem, automação e iluminação e construção cenográfica dos tanques onde os peixes devem ficar, e a Clima Teck Climatização era responsável pelo serviço de fornecimento e instalação de sistema de geração de energia.

Em 2014, a Egelte foi substituída pela empresa Proteco Construções Ltda., por meio de contrato de subempreitada com a aprovação da Agesul. Em 2015, porém, o Minis-

25

ANOS

O Aquário do Pantanal leva a assinatura do arquiteto Ruy Ohtake. Quando o prédio for entregue, ele será administrado por 25 anos pelo Grupo Cataratas, que venceu concorrência realizada em 2014. No total, a empresa deverá desembolsar R\$ 145 milhões durante todo o período de concessão. Além do Aquário do Pantanal, o grupo é responsável pela manutenção de locais como o Cristo Redentor (RJ) e as Cataratas do Iguaçu (PR).

tério Público Federal (MPF) recomendou à Agesul a imediata rescisão do acordo com a Proteco.

Em virtude disso, a agência estadual notificou a Egelte para retomar imediatamente a obra. A empresa, por sua vez, entrou com ação cautelar com o objetivo de produzir prova antecipada e de suspender todo ato de execução do contrato administrativo, seguida de ação ordinária visando suspender o contrato, o que só aconteceu em novembro do ano passado.

Em janeiro de 2018, a Fluida informou que em comum acordo rompeu o contrato que tinha com a Agesul e, portanto, não seria responsável por concluir o trabalho para o Aquário do Pantanal. O contrato com a Clima Teck também está suspenso.

CONTRATADOS

Professores terão de acertar metade da prova

RICARDO CAMPOS JR.

Apenas 21 dias depois de mudar a forma de contratação dos professores temporários, o governo do Estado alterou a lei que instituiu a prova e baixou a quantidade mínima de questões que os candidatos terão de acertar para entrarem na lista. Conforme o texto, disponível no Diário Oficial, o percentual caiu de 60% para metade da avaliação.

Além disso, a norma prevê regras específicas para garantir que as vagas disponíveis nas aldeias sejam preferencialmente ocupadas por indígenas.

COMO VAI FUNCIONAR

O processo seletivo terá avaliação escrita e análise curricular. Os aprovados vão fazer parte de um banco de reservas e serão chamados segundo a necessidade do poder público. Só poderá dar aula quem estiver na lista, alerta o decreto normativo.

Poderão participar da prova quaisquer profissionais habilitados em cursos de licenciatura que preencham os requisitos constitucionais e legais, inclusive os que já são concursados. Conforme o texto, os professores convocados poderão trabalhar até 40 horas semanais. Para os efetivos, a soma entre a carga horária atual e a extra não poderá passar de 50 horas semanais.

A lista do banco de reserva vale por dois anos e também poderá ser usada em caso de substituição dos docentes que se afastarem por mais de três dias. O contrato de quem for chamado pode durar até dois anos. Quando esse tempo acabar, o professor deverá fazer a prova novamente. A fase curricular terá caráter meramente classificatório. O Estado pode dispensar a avaliação escrita somente em caso de emergência, calamidade pública ou força maior.

Esgotado o banco reserva de determinado município e caso haja necessidade de designação de profissional temporário, poderão ser atribuídas aulas temporárias para profissional de áreas afins que também esteja na lista.

Jaime Teixeira, presidente da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (Fetems), reclama da característica eliminatória da prova. Para ele, a avaliação deveria ser meramente classificatória. Da forma como foi colocada a lei, ele acredita que ninguém será convocado.

Contudo, o exame em si não é algo ruim, segundo ele, já que a entidade mesmo briga pela realização de seleção com critérios mais lógicos para evitar ingerências causadas por indicações políticas.

EDUCAÇÃO

Prefeitura abre processo seletivo com 180 vagas

ALÍRIA ARISTIDES

Processo seletivo para seleção e contratação temporária de profissionais com atuação na área de educação foi aberto ontem pela Prefeitura de Campo Grande. Ao todo, são 180 vagas disponíveis para as funções de assistente de secretaria, agente de patrimônio e auxiliar de manutenção.

A jornada de trabalho é de 40 horas semanais para todos os cargos com demanda de profissionais. Destes, 30 são para assistente de secretaria – a remuneração é de R\$ 1,4 mil – para candidatos com Ensino Médio completo.

Para o posto de agente de patrimônio, são requisitados 100 profissionais com Ensino Fundamental completo e o salário para a função é de R\$ 1,2 mil. Já para auxiliar de manutenção, são 50 vagas e a remuneração é de R\$ 998.

As inscrições para a seleção ficam abertas a partir das 10h de segunda-feira (18) até as 16h da terça-feira (19), horário de Mato Grosso do Sul. Os interessados devem efetuar a inscrição somente pelo site de processos seletivos da prefeitura.

ATRASO

Chuvras atrapalham troca dos decks do Parque das Nações

A chuva quase diária dos últimos dias, em Campo Grande, tem atrapalhado a execução das obras de troca dos decks do Parque das Nações Indígenas. A obra está orçada em R\$ 109.368,00, será custeada com recursos do Imasul e deve ficar pronta em 40 dias.

O arquiteto Allan Mendes Duarte, da empresa vencedora da licitação responsável pela obra, informou que o segundo deck localizado no lago maior ainda não foi mexido, porque a fundação está dentro da água.

“Como choveu muito nos últimos dias, o nível da água subiu e atingiu esse segundo deck. Precisamos de, pelo menos, dois dias sem chuvas para que essa fundação fique aparente e seja retirada para colocarmos a nova”, afirmou Duarte, que trabalha na Engearq, empresa que venceu a licitação.

Ainda conforme o arquiteto, para a troca da passarela que dá acesso ao monumento do Cavaleiro Guaicuru, a empresa precisará que o lago maior seja esvaziado novamente. No local, o acesso a esse deck já está impedido para a população.

Além dessas obras, o governo do Estado licitará a troca do gabião que margeia o lago e da barragem do lago. Até que seja feito o reparo na estrutura de contenção das margens, o lago continuará com nível de água abaixo do normal.

O processo de desassoreamento dos espelhos-d’água do Parque das Nações come-



REFORMA. Parque ficou fechado para o público durante quatro meses, desde o dia 11 de junho, e foi reaberto no dia 10 de outubro

çaram com a retirada de sedimentos. Esta parte foi feita pela Prefeitura de Campo Grande. No total, foram retirados 135 mil metros de areia, numa operação que exigiu 12.500 viagens de caminhão até o local de descarte, nos fundos do Centro de Triagem e Encaminhamento do Migrante e População de Rua (Cetremi), no Parque dos Poderes.

Do lago principal, que se espalha por 5 hectares, foram retirados aproximadamente 115 mil metros de cúbicos de areia, o que exigiu 11 mil viagens de caminhão. O trabalho no lago menor durou 15 dias, onde foram retirados 15.474 metros cúbicos de areia, exigindo 1.500 viagens de caminhão.

A recuperação dos lagos do Parque das Nações Indígenas exige investimento de R\$ 8 milhões, recurso da prefeitura

(R\$ 5 milhões) e do governo do Estado (R\$ 3 milhões). O projeto inclui a construção de um piscinão no Córrego Réveillon, na esquina das avenidas Mato Grosso e Hiroshima, além de obras de controle de erosão e recomposição vegetal das margens do Córrego Joaquim Português e implantação de uma comporta de regulação do nível do lago.

No caso do Joaquim Português, a licitação chegou a ser lançada pelo governo do Estado, mas foi retirada, porque, segundo o titular da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (Semagro), Jaime Verruck, havia alguns erros que seriam corrigidos. Entretanto, o edital não saiu novamente. (DA)